

Uma análise sobre o ensino em defesa no Brasil: o caso do Curso de Altos Estudos em Defesa – CAED (ESG)

Viviane Machado Caminha

RESUMO: O presente trabalho traz algumas das questões apresentadas durante o painel “Temáticas transversais à formação dos profissionais do setor de Defesa”, no 10º Encontro Nacional de Estudos de Defesa (ENABED), realizado na Universidade de São Paulo, em 2018. Buscou-se problematizar a inserção do campo do ensino na área de conhecimento defesa através de dois elementos, a saber: 1. a apresentação do Curso de Altos Estudos em Defesa, oferecido pela Escola Superior de Guerra, campus Brasília e 2. os resultados da pesquisa realizada com os discentes, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma mentalidade e cultura de defesa no país. Para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa como metodologia de análise para se concluir que o ensino em defesa no Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer, sendo esse debate indispensável para a participação da sociedade em assuntos relacionados à defesa, bem como na construção de um espaço nessa área do saber destinado a refletir sobre sua propagação.

PALAVRAS CHAVES: Ensino em defesa; CAED; Escola Superior de Guerra.

ABSTRACT: This paper presents some of the questions presented during the panel entitled "Cross-cutting themes for the training of professionals in the Defense sector", at the 10th National Defense Studies Meeting (ENABED), held at the University of São Paulo in 2018. The aim was to problematize the insertion of the camp of education in the area of defense knowledge through two elements, namely: 1. the presentation of the Course of High Studies in Defense, offered by the Brazilian War College, Brasilia campus and 2. the results of research conducted with the students, with respect to the development of a mentality and culture of defense in the country. Therefore, the qualitative approach was used as an analysis methodology to conclude that defense education in Brazil still has a long way to go, and this debate is indispensable for society's participation in defense-related issues, as well as in the construction of a space in this area of knowledge designed to reflect on its propagation.

KEY WORDS: Teaching in defense; CAED; Brazilian War College.

A natureza do campo de estudos relativo à Defesa provém de uma dupla origem, se assim podemos dizer. Por um lado, descendeu da esfera de reflexão de áreas como a teoria política e relações internacionais, sobretudo, porque diziam respeito as relações estatais, voltando-se para estudos com foco na guerra e na paz. Por outro lado, foi por muito tempo, prerrogativa das instituições militares por questões que a obviedade prescinde maiores explicações.

No Brasil, o Livro Branco de Defesa Nacional (2012), documento que abrange as atividades de defesa no país, caracterizou em sua Política Nacional de Defesa (PND) defesa como sendo:

o conjunto de medidas e ações do estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (LIVRO BRANDO de Defesa Nacional, 2012, p. 27)

Tal entendimento se enquadra na perspectiva de buscar prevenção contra ameaças, possuindo, para tanto, disponibilidade e capacidade de resposta, seja pelo emprego de instrumentos diplomáticos, ou, em caso de não resultado, pelo uso da força, demonstrando sua capacidade de dissuasão. Entretanto, a reflexão sobre a defesa vai além da ação diplomática ou do emprego da força, constituindo um campo de estudo de caráter interdisciplinar.

Essa interdisciplinaridade aparece claramente em um dos documentos norteadores da defesa no Brasil, como a Estratégia Nacional de Defesa (END), revisada em 2016 e, ainda, sob apreciação do Congresso Nacional¹. Nela, encontram-se disponíveis orientações para diversos segmentos do Estado sobre ações/medidas necessárias para cumprir os objetivos da Política Nacional de Defesa (PND). Sendo visível “o vínculo entre o posicionamento do país nas questões de defesa e as ações necessárias para efetivamente dotar o Estado da capacidade para preservar seus valores fundamentais”. (MINUTA DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2016, p.16) Nesse sentido, entre outras estratégias que aparecem como pontos norteadores da sociedade em questões relativas à defesa, despertou nossa atenção a preocupação com a “promoção da temática defesa através da educação”. (Ibidem, p. 42)

O estímulo à discussão sobre defesa em atividades educacionais, com a intenção de promover maior conscientização sobre tal assunto, se dá a partir do emprego de 5 eixos de ação, a saber:

1. Buscar a inserção da temática de defesa no sistema de educação nacional.
2. Realizar, promover e incentivar atividades de ensino relacionadas aos temas de Defesa Nacional.
3. Contribuir para a ampliação de programas de apoio à pesquisa científica e tecnológica relacionados aos temas de Defesa Nacional.
4. Apoiar as iniciativas no sentido de reconhecer o tema defesa como subárea de conhecimento junto às agências de fomento de pós-graduação.
5. Consolidar a Escola Superior de Guerra como uma instituição nacional acadêmica, nos campos do ensino, da pesquisa e da formação de recursos humanos sobre pensamento de defesa, bem como o Instituto Pandiá Calógeras como instituição de estudos de Defesa, dedicada à promoção da participação acadêmica e social. (Ibidem, p. 42-43)

¹ A END foi pela primeira vez aprovada em 2008. Desde então, passou por dois processos de revisão, respectivamente, nos anos de 2012 e 2016.

É possível notar, portanto, que o ensino tem um papel fundamental no campo temático da defesa, sendo ao mesmo tempo decisivo para formação de especialistas na área, ampliando-a para além do meio militar, bem como na construção e consolidação de uma carreira civil, ponto destacado por diversos pensadores².

Integrante da estrutura do Ministério da Defesa, a Escola Superior de Guerra (ESG), no papel de Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa oferece cursos destinados ao desenvolvimento dos conhecimentos necessários para o exercício de funções de direção e assessoramento superior. Tal premissa partiu do entendimento, em fins da década de 1940, de que o desenvolvimento nacional estaria atrelado também a fatores culturais, residindo na necessidade de capacitar indivíduos para o exercício de funções de direção³. Assim, era imperiosa a oferta de estudos que colocassem na pauta de discussão questões atreladas à segurança nacional mediante análise dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares.

Nesse contexto, em 1949 no Rio de Janeiro, a ESG foi criada ofertando cursos votados inicialmente para militares, incorporando em seguida o meio civil diretamente ligado à administração pública⁴. O primeiro curso a funcionar nas instalações da Escola, no mesmo ano de sua criação, foi o Curso Superior de Guerra (CSG), que somente a partir de 1973 passou a incorporar mulheres na composição das turmas. O curso objetivava analisar a conjuntura brasileira a luz da Doutrina de Política Nacional para a formulação de planejamento governamental. Cabe sinalizar que esse objetivo corroborou para o surgimento de interpretações que apontaram para o protagonismo da Escola na promoção do golpe civil militar estabelecido em 1964⁵. Tal leitura se deu em função de que, no período de 1952-1956, concentraram-se na instituição oficiais que cumpriram relevante papel político tanto na derrubada do governo João Goulart (1961-1964), quanto na vida política nacional pós 1964⁶.

² Ver WINAND, Érica. SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. *História [online]*. vol. 29, n. 2, 2010, pp. 3-29. E, RAMALHO, Antonio Jorge Ramalho. Ontologia, Metodologia e Prioridades nos Estudos de Defesa. *Rev. Bra. Est, Def.* v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 87-106.

³ Sobre a Era do Nacional Desenvolvimentismo no Brasil ver FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁴ A iniciativa para a criação da ESG partiu de alguns militares liderados pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, sob influência dos *war colleges* estadunidenses no contexto pós II Guerra Mundial. Assim, por meio da lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, foi concebida a Escola Superior de Guerra (ESG).

⁵ Sobre este assunto ver OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. *História*, v. 29, nº2, Franca, Dez. 2010. FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. *Do Golpe à Ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do Regime Militar*. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014.

⁶ Segundo verbete do Dicionário Temático organizado pela FGV/CPDOC, a história da Escola Superior de Guerra pode ser dividida em 3 períodos, a saber: 1. Implantação (1948-1952), 2. 1952-1966 e 3. 1966 ao presente momento. Ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/escola-superiorde-guerra-esg> Acesso em 10/08/2018.

A partir de 1985, o Curso Superior de Guerra (CSP) passou por atualizações, sendo doravante denominado Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). Atualmente, a destinação do CAEPE é o preparo de civis e militares, brasileiros e estrangeiros de Nações Amigas, para o exercício de funções de direção e assessoramento nas áreas de Segurança e Defesa Nacional por meio de planejamento estratégico nas expressões do Poder Nacional.

Em 2018, em paralelo as atividades do CAEPE no Rio de Janeiro, o campus Brasília da Escola Superior de Guerra passou a disponibilizar ao público civil militar uma pós-graduação *lato sensu*, com ênfase na gestão e formulação de políticas públicas e estratégicas nas áreas de segurança, defesa e desenvolvimento nacional⁷. O Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED), inspirado no tradicional CAEPE, surgiu em atendimento a demanda ministerial, mas também ao propósito das Forças Armadas e ao interesse em projetar o conceito de defesa na administração pública federal, contribuindo para a conformação e desenvolvimento de uma mentalidade e cultura de defesa no país.

Pensando a relação ensino e defesa, resultado da integração civil militar, foi realizada com os integrantes do curso, um total de 60 alunos (estagiários), pesquisa quantitativa na intenção de mensurar, tanto o desenvolvimento dos conhecimentos sobre a temática, quanto a contribuição para forjar uma mentalidade e cultura de defesa. A primeira pergunta versou sobre a existência de conhecimento relacionado às questões que envolvem o tema defesa antes do curso, sendo o resultado apresentado segundo a proporção: 38% muito boa, 28% boa, 20% regular, 5% ruim e 10% inexistente. Ao passo em que a segunda pergunta, sobre a classificação da percepção atual sobre o conhecimento de questões que envolvem a temática, apontou para uma significativa melhora, na medida em que 65% sinalizaram ser muito boa, 65% boa e 3% regular.

A terceira pergunta abordou a motivação para o ingresso em uma pós-graduação relacionada à área de concentração defesa, permitindo a escolha de mais de uma opção. Nesse caso, as escolhas refletiram as seguintes intenções: interesse pessoal (23%), ampliação das relações civis militares (23%), relação da área com outras disciplinas/campos do conhecimento (16%), interesse institucional (16%), exigência da carreira (16%), pretensão em seguir uma futura carreira em Defesa (6%). Para a opção de ser uma área nova e pouco concorrida, não houve escolha.

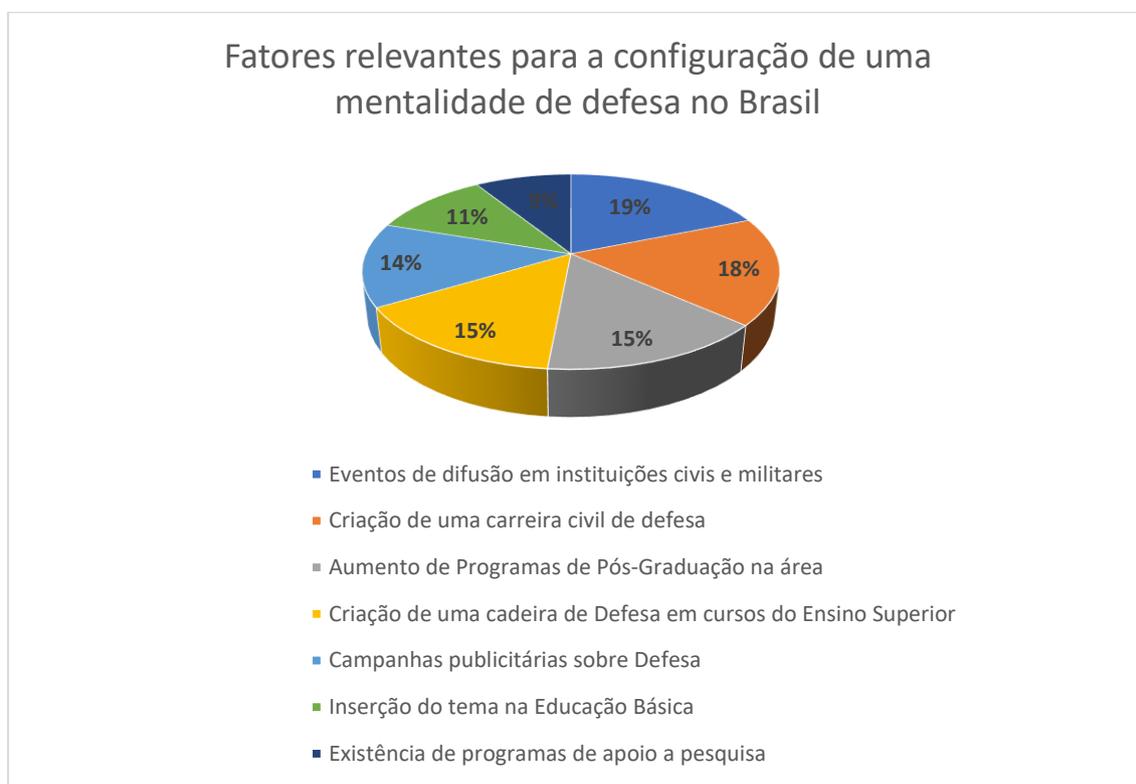
Questionados, na quarta pergunta, sobre os canais pelos quais ocorre a maior interação com assuntos ligados à defesa, foram apontados como respostas o ambiente de trabalho, as atividades de serviço, pesquisas em sites

⁷ Em 2008 a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu a expansão da Escola Superior de Guerra (ESG) para a capital federal ambicionando desenvolver o pensamento de defesa em lideranças civis, estreitando relações com o poder político nacional. A primeira atividade acadêmica do campus Brasília se configurou em 2011, no estabelecimento do Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE).

como defesanet, ESG e MD, o acesso a revista Diálogo, ações em fronteiras, discussões propiciadas pelas disciplinas do CAED, sobretudo em atividades de grupo, além de seminários, eventos e mídias sociais e o trânsito no próprio Ministério da Defesa.

Nas perguntas cinco e seis, os alunos (estagiários) responderam, respectivamente, a questões diretamente relacionadas a mentalidade e cultura de defesa e sobre a relação ensino e defesa. Assim, destacaram, na quinta pergunta, que consideram como itens relevantes para desenvolver uma mentalidade e cultura de defesa no país: a ocorrência de eventos de difusão do tema em instituições militares e civis, a criação de uma carreira civil de defesa, existência de programas de pós-graduação na área, a criação de uma cadeira de defesa em cursos de ensino superior, campanhas publicitárias sobre o tema defesa, a inserção do tema na educação básica e, finalmente a existência de programas de apoio a pesquisa, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Fatores relevantes para a configuração de uma mentalidade de defesa no Brasil



Fonte: Autora, 2018

Já a pergunta seis, tratou sobre o entendimento da forma como o ensino em defesa seria capaz de promover a integração entre civis e militares, sendo possível também marcar mais de uma opção de resposta. Dessa forma, destacou-se: a contribuição para o rompimento de estereótipos de ambas as partes, a promoção de uma maior articulação entre os setores civil e militar, o envolvimento/interesse da sociedade em assuntos de Defesa, o maior esclarecimento sobre o papel do militar na sociedade, o conhecimento sobre a missão das forças armadas, o desenvolvimento de uma percepção positiva sobre a atuação de civis no campo da defesa (carreira civil em defesa) e a

contribuição para integração e desenvolvimento nacional. As respostas receberam os percentuais conforme podemos ver abaixo:

Gráfico 2 – Ensino em defesa e integração civil militar



Fonte: Autora, 2018

Ainda nessa sexta pergunta apareceu com percentual de resposta de 1% dos discentes, a indicação de que a melhora, sem equívocos e distorções, na veiculação de matérias de interesse da defesa pela mídia pode promover uma melhor integração civil militar no país. Esta, deve estar acompanhada do ensino em defesa, entre outros pontos, fundamental para forjar nos indivíduos uma percepção sobre a atuação dos militares na vida civil, que vai além das missões de GLO, pautando-se em noções de cidadania, civilidade e respeito ao indivíduo e a pátria⁸. Finalizando a pesquisa, foi colocado à disposição dos alunos (estagiários) espaço para apontar observações sobre a relação ensino e defesa que, na avaliação destes, não tenham sido contempladas pelas questões anteriores.

Assim, foram sinalizados os seguintes pontos: 1. A crença de que a inserção dos temas debatidos no CAED, por sua relevância e forma de condução, deveriam ser estendidos, guardadas as devidas proporções, aos programas de ensino básico e superior, de forma a trazer mais consciência para a sociedade sobre o tema, bem como seus deveres e obrigações, promovendo o resgate do patriotismo; 2. O ensino em defesa se justifica, entre outros pontos, por proporcionar a inter-relação com diversas áreas do conhecimento, apontando para reflexões sobre desenvolvimento tecnológico (tecnologias

⁸ GLO são missões de garantia de lei e ordem que envolvem as forças armadas. A competência para ordenar tais missões é exclusiva da presidência da república em casos de esgotamento das forças tradicionais de segurança pública. Ver artigo 142 da Constituição Federal de 1988.

duais), questões de soberania, planejamento orçamentário de longo prazo e geopolítica, estimulando, dessa forma, o desenvolvimento do patriotismo; 3. A relevância da inserção de uma disciplina sobre ensino em defesa em programas do ensino militar, alargando as perspectivas de análise; e, por fim, 4. Através do ensino em defesa ser trabalhada a relação defesa e desenvolvimento econômico, pois a partir do melhor entendimento sobre a exploração de nossas riquezas naturais, melhor seria a compreensão de questões relativas à defesa, valendo o mesmo para o desenvolvimento de tecnologia e indústria de defesa.

Podemos, portanto, observar como resultante dessa pesquisa que tanto para militares, quanto civis, o ensino em defesa se constitui em importante canal para integração das relações civis militares no país. Sobretudo, por ofertar a possibilidade de desconstruir estereótipos de ambas as partes, aproximando grupos. Mas, igualmente por ser este o meio para a construção de uma necessária e urgente carreira civil de defesa no Brasil.

Além disso, o ensino em defesa apareceu como caminho para a construção de uma mentalidade e cultura de defesa, na medida em que envolve agentes sociais, como o setor civil, por muito tempo excluído desse debate. Vale destacar como fator positivo a inserção da defesa no rol das ciências estudadas no país, envolvendo a comunidade acadêmica e formando recursos humanos qualificados para a área, a partir de estudos interdisciplinares⁹. Nesse sentido, o CAED tem dado sua contribuição, uma vez que congrega temas de defesa em discussões onde todos têm vez e voz, embora isso não signifique um pensamento concordante e homogêneo. Entretanto, salienta que a via do debate e da argumentação se configura como melhor caminho para reflexões desse porte.

A partir do exposto, é possível perceber que no mesmo patamar de importância que os estudos que versam sobre economia, gestão e indústria de defesa, geopolítica, segurança internacional, história militar, estudos de paz, resolução de conflitos e direito da guerra, dentre outros, as reflexões sobre o ensino em defesa devem ser classificadas. Afinal, quem pensa a forma como o ensino em defesa é elaborado? Em quais condições? Baseado em qual estrutura se compõe sua grade curricular? Estas são questões de fundo que devem ser seriamente pensadas se, verdadeiramente, buscamos por um lado, sedimentar a carreira civil em defesa e, por outro, oferecer subsídios aos militares para além da formação obtida nas academias. Muito embora tais reflexões não estejam vinculadas diretamente ao objetivo desse trabalho, defende-se nesse espaço sua validade enquanto inquietação intelectual capaz de orientar esforços para a sofisticação dos Estudos em Defesa.

Antes de encerrar, é necessário destacar também que o campo do ensino se faz presente nos documentos que balizaram a questão da defesa nacional, ponto esse que reforça sua relevância. Nesse sentido, foi sinalizada a

⁹ Sobre essa questão ver MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parecer CNE-CES Nº 147/2017. Brasília, DF, 2017.

imprescindibilidade de envolver a sociedade em questões que versam sobre essa temática, por um lado ampliando o debate e, por outro, oferecendo formação adequada para seu entendimento. Forjar uma mentalidade e cultura de defesa foi, pois, o desafio colocado em pauta a partir da elaboração da Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END), tendo a Escola Superior de Guerra (ESG) relevante tarefa a cumprir, uma vez que ocupa a posição de instituição diretamente subordinada ao Ministério da Defesa. Mediante tal incumbência, em 2018, o campus Brasília, ofertou a primeira pós-graduação na temática defesa, denominada Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED), atualmente em sua segunda edição (CAED 2019).

Ciente de que o ensino em defesa é ainda caminho em construção, de vínculo não restrito ao ensino militar, esse trabalho procurou apresentar reflexões e resultados a partir da interação e compreensão dos discentes (estagiários) sobre pontos como as relações civis militares e seu impacto para a construção de uma mentalidade e cultura de defesa no Brasil, bem como o lugar que o ensino em defesa tem na condução desse processo. O trajeto por certo é extenso e de muito aprendizado, não obstante indispensável.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

_____. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016. Versão sob apreciação do Congresso Nacional.

_____. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016. Versão sob apreciação do Congresso Nacional.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do Golpe à Ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do Regime Militar. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico. Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 107-128.

MARQUES, Adriana. FUCILLE, Alexandre. Ensino e Pesquisa em Defesa no Brasil: Estruturação do Campo e Desafios. Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 5773.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. *História*, v. 29, nº2, Franca, Dez. 2010.

RAMALHO, Antonio Jorge. Ontologia, Metodologia e Prioridades nos Estudos de Defesa. *Rev. Bra. Est, Def.* v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 87-106.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WINAND, Érica. SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. *História [online]*. vol. 29, n. 2, 2010, pp. 3-29.